continuação

Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

CNPJ nº 27.059.460/0001-41

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Resumidas

circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.14 Empréstimos e financiamentos:** São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos gerais e específicos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.15 Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa foi quitada antecipadamente em dezembro de 2022. A contribuição variável corresponde a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e será paga anualmente no mês de maio subsequente ao ano de apuração. Devido ao crédito recebido referente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a empresa projeta não desembolsar os valores de outorga variável até 2029. Neste período, a Companhia irá realizar a compensação do crédito adquirido com o valor a pagar de outorga. A contribuição variável referente ao ano de 2023, com vencimento em maio de 2024, ficou suspensa como medida auxiliar no período de alagamento. Em janeiro de 2025 a ANAC reverteu a suspensão do pagamento e requereu a compensação com os efeitos retroativos a maio de 2024. **2.16 Provisões e reembolsos:** As provisões para causas judiciais (trabalhistas, cível e tributária), regulatória e ambientais e provisões para reconstruções são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando se espera que algum ou todos os desembolsos necessários para liquidar uma provisão sejam reembolsados por outra parte, o reembolso é reconhecido quando for praticamente certo que o reembolso será recebido se a Companhia liquidar a obrigação. O reembolso é tratado como ativo separado em montante que não deve ultrapassar o valor da provisão. Na demonstração do resultado é apresentado o efeito líquido entre o montante relativo à provisão e o valor reconhecido de reembolso. **2.17 Outros Passivos:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **2.18 Passivos Financeiros: Reconhecimento:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia classifica os seguintes passivos financeiros ao custo amortizado: • Fornecedores, • Empréstimos e Financiamento, • Compromissos com o Poder Concedente, • Outros Passivos. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **2.19 Benefícios a empregados:** A Companhia concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, seguro de vida, dentre outros. Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. **2.20 Distribuição de dividendos:** Conforme estatuto da Companhia o dividendo mínimo obrigatório é 25% do lucro líquido após absorção de prejuízo e constituição de reserva legal conforme Lei 6.404/76. Conforme Lei 6.404/76 as companhias fechadas podem ainda deliberar por distribuir valor inferior ao mínimo obrigatório ou realizar a retenção de todo o lucro líquido. É permitida a criação de reserva especial para estes casos. **2.21 Reconhecimento da Receita:** As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável: **a) Receita de serviços:** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. **Receita de serviços tarifários:** é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão. **Receita de serviços não tarifários:** conforme previsto no Contrato de Concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços e prestações de serviços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. **b) Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **c) Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **3.1 Amortização do intangível:** Conforme item 2.12, a amortização das rubricas "Direito de concessão (Outorga)" e "Infraestrutura da Concessão", o cálculo da amortização é realizado conforme o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dão em função da curva de demanda. A taxa média utilizada em 2025 foi de 2,32% (1,11% em 2024) que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão. A taxa utilizada em 2024 foi menor devido a nova estimativa da curva afetada pela paralisação temporária das atividades aeroportuárias devido ao alagamento. **3.2 Taxa de desconto:** Em dezembro de 2022, com o evento da antecipação da outorga fixa, uma nova taxa de desconto de 13,5% foi acordada entre as partes e devidamente aplicada no cálculo do valor presente do ativo intangível. **3.3 Provisões:** As provisões para contingências são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. **3.4 *Impairment* do intangível:** Os ativos intangíveis da concessão que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Anualmente, a Fraport AG, de forma centralizada, testa eventuais perdas (*impairment*) no intangível oriundo da concessão. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), neste caso a Companhia, foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado da taxa WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) para o período remanescente da concessão. **Outros Assuntos: A. Patrimônio Líquido: i) Capital social:** O capital social é representado por 763.499.932 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 100% das ações detidas pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide. **ii) Dividendo Mínimo e Reserva especial:** O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. Em 22 de dezembro de 2025 a Assembleia deliberou a distribuição de dividendos relativo aos montantes em Reserva especial correspondente aos dividendos mínimos retidos e não pagos dos anos anteriores no valor de R$62.662, sendo o pagamento realizado em 16 de janeiro de 2026. Ao final de 2025 a Companhia apurou o valor de R$16.342 como dividendo mínimo, que deverá ser pago até o final de 2026, conforme decisão da Assembleia ocorrida em 29 de janeiro do mesmo ano. **B. Transações que Não Afetaram o Caixa:** A Companhia suspendeu a compensação da outorga variável em 2024, sendo a mesma realizada em janeiro de 2025 no valor de R$18.240 e em maio de 2025 no valor de R$8.732 mediante compensação do valor da outorga variável com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. As aquisições de ativo fixo e não pagos no ano de 2025 foram no valor de R$5.258 (R$13.537 em 2024). **C. Eventos Subsequentes:** Em 16 de janeiro de 2026 a Companhia realizou o pagamento dos dividendos deliberados em 22 de dezembro de 2025 no valor de R$ 62.662. Adicionalmente, conforme decisão da Assembleia ocorrida em 29 de janeiro de 2026, foi aprovada a distribuição do valor de R$ 16.342 como dividendo mínimo do exercício de 2025, que deverá ser pago até o final de 2026.

Diretoria

Andreea Diana Pal - Presidente
Edgar Nogueira - Vice-Presidente de Operações
Leonardo Carnielle - Vice-Presidente Comercial e de Concessão

Contadora

Eunice Callai Pellegrini Kalikoski - CRC RS 069669/O-9

Resumo do Relatório do auditor independente

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 02 de março de 2026, sem modificações.

Prefeitura Municipal de Farroupilha

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026: Aquisição de software REVIT 2026 NEW SINGLE-USER ELD 3-YEAR SUBSCRIPTION, para ampliação do número de licenças já existentes. Data da sessão: 22/04/2026, às 08h30min.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 16/2026: Construção do pontilhão da Estrada FR65. Data da sessão: 23/04/2026, às 08h30min.

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 05/2026: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de exames de diagnóstico por imagem aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. Período de credenciamento: 23 de março a 10 de abril de 2026. Maiores informações através do telefone (54) 2131-5302 ou no site: www.farroupilha.rs.gov.br.

Prefeitura Municipal de Paraí

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0009/2026

Objeto: **Aquisição complementar de gêneros alimentícios para merenda escolar, para o primeiro semestre de 2026.** Tipo: Menor Preço por item. Local da Sessão: www.pregaobanrisul.com.br. Legislação: Lei Federal n° 14.133/2021 e Lei Complementar 123/2006. **Recebimento das propostas: a partir das 08:30 do dia 24/03/2026 até às 08:29 do dia 07/04/2026. Abertura das propostas: a partir das 08:30 do dia 07/04/2026. Disputa: a partir das 08:31 (horário de Brasília) do dia 07/04/2026.** Edital e anexos disponíveis no site: www.parai.rs.gov.br Informações: fone (54) 3477-1233. E-mail licitacoes@parai.rs.gov.br. Gilberto Zanotto, Prefeito.

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Lic. 60/2026 Concorrência Eletrônica 03/2026. Obj. Contratação de empresa do ramo pertinente para ampliação e melhorias nas instalações elétricas do Ginásio Municipal Aloisio Scheuermann, situado na Rua Rui Barbosa, 335, sob Regime de Empreitada Global (materiais e mão de obra) conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiros e outros documentos técnicos que acompanham o edital. Critério de Julgamento: Menor valor global. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 09/04/2026, através do site: **www.portaldecompraspublicas.com.br**
Lic. 61/2026 Pregão Eletrônico 38/2026. Obj**.** Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de seguro para veículos pertencentes ao Município, conforme especificações constantes do Termo de Referência (anexo I e II deste edital**).** Critério de Julgamento: Menor valor por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 08/04/2026 , através do site: **www.portaldecompraspublicas.com.br**
Lic. 62/2026 Pregão Eletrônico 39/2026. Obj**.** Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento uniformes operacionais para servidores de todas as secretarias do Município, conforme especificações constantes do Termo de Referência, anexo deste edital**.** Critério de Julgamento: Menor valor por lote. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 10/04/2026 , através do site: **www.portaldecompraspublicas.com.br**
Lic. 63/2026 Inexigibilidade 13/2026. Obj**.** Contratação da empresa Instituto Verbena Brasil, CNPJ 60.111.398/0001-65, para fornecimento de treinamento para servidor da SEMMA, sobre "Manejo de vegetação nativa e adequação ambiental em imóveis rurais". R$ 790,00. B.L. art. 74, III,"f", instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/202. Termo disponível na íntegra no site: www.trespassos.rs.gov.br licitações 2026.
Lic. 64/2026 Inexigibilidade 14/2026. Obj**.** Contratação da empresa IGAM, CNPJ 07.675.477/0001-16, para fornecimento de treinamento para servidores, sobre "Sindicância e processo administrativo disciplinar no município". R$ 5.500,00. B.L. art. 74, III,"f", instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/202. Termo disponível na íntegra no site: www.trespassos.rs.gov.br licitações 2026
Editais disponíveis na integra no site: www.trespassos.rs.gov.br licitações 2026. Informações Fone 55 3522 0403. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito.

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁLCOOL E BEBIDAS EM GERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIAS GERAIS

O Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Álcool e Bebidas em Geral no Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 90.813.726/0001-36, no uso de suas atribuições estatutárias, através de seus representantes legais, a comparecerem às Assembleias Gerais, que serão realizadas no **dia 30 de março de 2026**. As assembleias serão realizadas de forma híbrida, podendo os participantes comparecer: a) Presencialmente, no endereço: Av. Alberto Bins, 665 – sala 1305, Centro Histórico, Porto Alegre/RS; ou b) de forma on-line, através da plataforma Zoom, no link: https://zoom.us/j/9261388086?pwd=YStAWiwMoFwfyGb4AKJeEme-EL5XUg5.1&omn=96872702052 - ID da reunião: 926 138 8086 – A senha para acesso a reunião deverá ser solicitada na secretaria do sindicato, através do e-mail comercial@sicabegers.com
I – Às 17h em primeira convocação, e às 17h15min, em regime ordinário, **os associados da entidade**, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Tomada das contas na forma prevista no Art. 15 do Estatuto Social.
II – Às 17h30min em primeira convocação, e às 17h45, em regime extraordinário, **os associados da entidade**, para tratar da seguinte ordem do dia: a) apreciação da alteração da contribuição associativa;
III - Às 18h15min em primeira convocação, e às 18h30, em segunda convocação, em regime extraordinário, **as empresas integrantes da categoria econômica representada pela entidade**, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Autorização e outorga de poderes à Diretoria, através de seu Presidente, para celebrar e/ou ratificar Convenções Coletivas de Trabalho com os sindicatos laborais e federação laboral, representantes da categoria dos empregados no comércio e das categorias profissionais diferenciadas, durante a vigência do seu mandato (2026–2030), podendo delegar poderes; b) Autorização e outorga de poderes à Diretoria, através de seu Presidente, para realizar a intermediação de Acordos Coletivos de Trabalho, durante a vigência do seu mandato (2026–2030), podendo delegar poderes; c) Deliberação e aprovação sobre o valor da contribuição negocial/assistencial a ser fixada nos instrumentos coletivos de trabalho ou acordos judiciais que a entidade vier a firmar, para custeio das negociações coletivas e manutenção da entidade e de seus serviços, conforme o disposto na alínea "e" do art. 513 da CLT, a ser recolhida por todas as empresas integrantes da categoria econômica representada, associadas ou não, durante a vigência de todo o mandato (2026–2030). Porto Alegre, 24 de março de 2026.

Matheus Quadro Cardoso - Presidente

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

CEASA/RS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S. A.

CNPJ Nº 92.983.147/0001 – 67 NIRE: 43300014223

CONVOCAÇÃO

Convidamos aos Senhores Acionistas, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social da Companhia, na Rua Fernando Ferrari, 1001, nesta Capital, às 10 horas do dia 28 de abril de 2026, a fim de deliberar sobre o seguinte:

a) Prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
b) Proposta de destinação do Resultado do Exercício;
c) Reajuste da remuneração e benefícios para a Administração;
d) Eleição do Conselho Fiscal;
e) Eleição do Conselho de Administração.

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, mediante apresentação do instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação. Têm a qualidade para comparecer à assembleia os representantes legais dos acionistas.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

PAULO ROBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

AVISO

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Da mesma forma, comunicamos que a referida documentação foi publicada no Jornal do Comércio e Diário Oficial, versão impressa e digital nos dias 23,24 e 25 de março de 2026.

Mega Negócios Imobiliários S/A

CNPJ 87.819.306/0001-52
NIRE 43 3 0001885 7

Relatório da Diretoria

Prezados Acionistas: A diretoria da **MEGA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A.**, em observância aos preceitos legais e normas estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos, na sede da empresa. Caxias do Sul, 18 de março de 2026. A DIRETORIA

Balanço Patrimonial - Em Reais

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	**3.213.711,10**	**1.714.698,84**
Caixa e Bancos		
conta movimento	4,91	11,00
Aplicações financeiras	3.177.670,74	1.714.687,84
Impostos a Recuperar	36.035,45	0,00
Não Circulante	**6.050.971,54**	**6.125.405,14**
Imoblizado	6.050.971,54	6.125.405,14
Total do ativo	**9.264.682,64**	**7.840.103,98**

Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	**50.291,31**	**118.646,97**
Obrigações fiscais e sociais	47.197,31	77.091,97
Outras Contas a pagar	3.094,00	41.555,00
Patrimônio Líquido	**9.214.391,33**	**7.721.457,01**
Capital Social	**1.900.000,00**	**1.900.000,00**
Reserva de Lucros	**2.175.232,71**	**682.298,39**
Reserva Legal	380.000,00	380.000,00
Reserva p/Aum. de Capital	9.573,02	9.573,02
Saldo a Disposição da Assembleia	1.785.659,69	292.725,37
Ajuste de Avaliações Patrimoniais	**5.139.158,62**	**5.139.158,62**
Total do passivo	**9.264.682,64**	**7.840.103,98**

Demonstração do Resultado do Exercício
Em Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta	**1.553.350,64**	**1.463.918,76**
Deduções	(56.697,30)	(53.433,05)
Receita Líquida	**1.496.653,34**	**1.410.485,71**
Despesas administrativas/ tributárias	(183.303,30)	(182.376,10)
Resultado Operacional Antes Receitas/Despesas Financeiras	1.313.350,04	1.228.109,61
Resultado Operacional Antes CSLL/IRPJ	1.644.808,25	1.461.320,79
Lucro Líquido do Exercício	**1.492.934,32**	**1.222.498,57**
Lucro Líquido por lote de mil ações do Capital Social	1.260,69	1.032,33

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais

Histórico	Capital Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros: Lucros a Realizar	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Aumento Capital	Lucros/ Prejuízos	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2023	**1.900.000,00**	**5.139.158,62**	**1.058.178,80**	**380.000,00**	**9.573,02**	**-**	**8.486.910,44**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	**1.222.498,57**	**1.222.498,57**
Dividendos	-	-	**(1.700.000,00)**	-	-	-	**(1.700.000,00)**
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	**1.222.498,57**	-	-	**(1.222.498,57)**	-
Ações em Tesouraria	-	-	**(287.952,00)**	-	-	-	**(287.952,00)**
Saldo em 31/12/2024	**1.900.000,00**	**5.139.158,62**	**292.725,37**	**380.000,00**	**9.573,02**	-	**7.721.457,01**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	**1.492.934,32**	**1.492.934,32**
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	**1.492.934,32**	-	-	**(1.492.934,32)**	-
Saldo em 31/12/2025	**1.900.000,00**	**5.139.158,62**	**1.785.659,69**	**380.000,00**	**9.573,02**	-	**9.214.391,33**

Demonstração do Fluxo de Caixa Método Indireto - Em Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa Atividades Operacionais		
Caixa Líquido das atividades operacionais	1.499.012,26	1.318.412,15
Fluxo de Caixa Atividades de Investimentos		
Caixa Líquido das atividades de investimentos	-	(287.952,00)
Fluxo de Caixa Atividades de Financiamentos		
Caixa Líquido das atividades de finaciamentos	-	(1.700.000,00)
(=) Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.499.012,26**	**(669.539,85)**
Saldo de Caixa Inicial	1.714.698,84	2.384.238,69
Saldo de Caixa Final	3.213.711,10	1.714.698,84

SÉRGIO BRUNO CESA
Diretor - CPF 003.513.690-15

NESTOR JOSÉ CESA
Diretor - CPF 057.426.410-87

FELIPE LUIS DE MARCHI
Contador - CRC RS 83.099 - CPF 836.582.110-91

AVISO: As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/